

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 278.471 - RS (2012/0276211-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **LUIZ TEIXEIRA HACKER NETO E OUTROS**
ADVOGADOS : **CARLOS ANTÔNIO GOMES - RS006211**
 EUCLIDES ROSÁRIO VIEIRA - RS019816
AGRAVADO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **ANNE PIZZATO PERROT E OUTRO(S) - RS047384**
INTERES. : **MARIELA CARDOSO NUNES**
ADVOGADO : **MARCO ANTONIO DE FREITAS ALBERNAZ - RS109588**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DESPACHO

Em razão do informado pela advogada Kátia Mabel Madruga Aurélio (e-STJ fls. 686/687), determinei que fosse intimada a parte ora agravante – por carta, com aviso de recebimento, ou sendo infrutífero tal ato, por edital – para que "se manifeste sobre o teor da petição n. 00436621/2017 (e-STJ fls. 686/687), e, querendo, constitua novo patrono no prazo de 15 (quinze) dias, com a ressalva de que o descumprimento da determinação implicará as consequências previstas no art. 76, § 2º, do CPC/2015" (e-STJ fl. 692).

Consoante certificado pela Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Público (e-STJ fl. 733):

Certifico, à vista dos Ofícios nºs 1586 e 1588-1591/2019-CPDP (CARTAs DE INTIMAÇÃO) de fls. 700/704 e, dos correspondentes Avisos de Recebimento juntados (fls. 714/715, 719/720, 722/723, 725/726 e 731/732, que transcorreu o prazo aberto para os requerentes regularizarem a representação processual, conforme determinado à fl. 692.

Nesse contexto, o prazo assinalado transcorreu *in albis*.

Nos termos do art. 76, § 2º, I, do CPC/2015, descumprida a determinação em fase recursal perante este Tribunal, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber à parte recorrente.

Na hipótese, o agravo em recurso especial, manejado por LUIZ TEIXEIRA HACKER NETO E OUTROS, não foi conhecido (fls. 598/600).

O agravo interno interposto, foi desprovido (e-STJ fls. 674/678).

Assim, estando julgados os recursos e esgotada a prestação jurisdicional, não há nada a prover.

Decorrido o prazo recursal, certifique-se acerca do trânsito em julgado e providencie-se a baixa correspondente.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator